

Sociologia

Aluno

Caderno de Atividades Pedagógicas de Aprendizagem Autorregulada - 03

3ª Série | 3º Bimestre

| Disciplina | Curso | Bimestre | Série |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------|----------|-------|
| Sociologia | Ensino Médio | 3º | 3ª |
| Habilidades Associadas | | | |
| 1. Compreender o papel da participação política para o exercício da cidadania. | | | |
| 2. Compreender o papel da sociedade civil na construção de uma sociedade democrática. | | | |
| 3. Compreender as diversas formas de exercício do poder, bem como as relações entre as esferas pública e privada na sociedade brasileira. | | | |

Apresentação

A Secretaria de Estado de Educação elaborou o presente material com o intuito de estimular o envolvimento do estudante com situações concretas e contextualizadas de pesquisa, aprendizagem colaborativa e construções coletivas entre os próprios estudantes e respectivos tutores – docentes preparados para incentivar o desenvolvimento da autonomia do alunado.

A proposta de desenvolver atividades pedagógicas de aprendizagem autorregulada é mais uma estratégia pedagógica para se contribuir para a formação de cidadãos do século XXI, capazes de explorar suas competências cognitivas e não cognitivas. Assim, estimula-se a busca do conhecimento de forma autônoma, por meio dos diversos recursos bibliográficos e tecnológicos, de modo a encontrar soluções para desafios da contemporaneidade, na vida pessoal e profissional.

Estas atividades pedagógicas autorreguladas propiciam aos alunos o desenvolvimento das habilidades e competências nucleares previstas no currículo mínimo, por meio de atividades roteirizadas. Nesse contexto, o tutor será visto enquanto um mediador, um auxiliar. A aprendizagem é efetivada na medida em que cada aluno autorregula sua aprendizagem.

Destarte, as atividades pedagógicas pautadas no princípio da autorregulação objetivam, também, equipar os alunos, ajudá-los a desenvolver o seu conjunto de ferramentas mentais, ajudando-o a tomar consciência dos processos e procedimentos de aprendizagem que ele pode colocar em prática.

Ao desenvolver as suas capacidades de auto-observação e autoanálise, ele passa a ter maior domínio daquilo que faz. Desse modo, partindo do que o aluno já domina, será possível contribuir para o desenvolvimento de suas potencialidades originais e, assim, dominar plenamente todas as ferramentas da autorregulação.

Por meio desse processo de aprendizagem pautada no princípio da autorregulação, contribui-se para o desenvolvimento de habilidades e competências fundamentais para o aprender-a-aprender, o aprender-a-conhecer, o aprender-a-fazer, o aprender-a-conviver e o aprender-a-ser.

A elaboração destas atividades foi conduzida pela Diretoria de Articulação Curricular, da Superintendência Pedagógica desta SEEDUC, em conjunto com uma equipe de professores da rede estadual. Este documento encontra-se disponível em nosso site www.conexaoprofessor.rj.gov.br, a fim de que os professores de nossa rede também possam utilizá-lo como contribuição e complementação às suas aulas.

Estamos à disposição através do e-mail curriculominimo@educacao.rj.gov.br para quaisquer esclarecimentos necessários e críticas construtivas que contribuam com a elaboração deste material.

Secretaria de Estado de Educação

Caro aluno,

Neste caderno, você encontrará atividades diretamente relacionadas a algumas habilidades e competências do 3º Bimestre do Currículo Mínimo de Sociologia da 3ª Série do Ensino Médio. Estas atividades correspondem aos estudos durante o período de um mês.

A nossa proposta é que você, aluno, desenvolva estas Atividades de forma autônoma, com o suporte pedagógico eventual de um professor, que mediará as trocas de conhecimentos, reflexões, dúvidas e questionamentos que venham a surgir no percurso. Esta é uma ótima oportunidade para você desenvolver a disciplina e independência indispensáveis ao sucesso na vida pessoal e profissional no mundo do conhecimento do século XXI.

Neste Caderno de Atividades, vamos refletir sobre o processo de construção da cidadania e de produção de direitos na vida social. Esperamos que você perceba as diferentes maneiras de exercício de poder, tomando o homem como sujeito e objeto do poder. Ademais, esperamos que o tema do sentido da democracia seja discutido apreciando a inserção das massas na vida política em seus diversos níveis de participação.

Este documento apresenta 03 (três) aulas. As aulas podem ser compostas por uma **explicação base**, para que você seja capaz de compreender as principais ideias relacionadas às habilidades e competências principais do bimestre em questão, e **atividades** respectivas. Leia o texto e, em seguida, resolva as Atividades propostas. As Atividades são referentes a um tempo de aula. Para reforçar a aprendizagem, propõe-se, ainda, uma **avaliação** e uma **pesquisa** sobre o assunto.

Um abraço e bom trabalho!

Equipe de Elaboração

Sumário

| | |
|---------------------------------------------------|----|
| ✚ Introdução | 03 |
| ✚ Aula 01: Participação política e cidadania..... | 05 |
| ✚ Aula 02: Sociedade civil e democracia | 08 |
| ✚ Aula 03: Formas de exercício do poder..... | 11 |
| ✚ Avaliação | 15 |
| ✚ Pesquisa | 17 |
| ✚ Referências | 18 |

Aula 1: Participação política e cidadania

Caro aluno é muito comum ouvirmos dizer que somos cidadãos e devemos lutar pela garantia dos nossos direitos. Mas o que significa ser cidadão e de onde vêm os direitos de cidadania?

Para começar vamos conhecer a origem do conceito de cidadão. A primeira ideia de cidadão surgiu na Grécia antiga nas cidades-estados, como Atenas, e definia quem podia participar das discussões sobre os problemas da cidade. Essa participação era restrita aos homens livres, adultos, nascidos na cidade e com posses, portanto era uma cidadania restrita, pois excluía as mulheres, os jovens e crianças, os estrangeiros e os escravos.

Na Idade Média, esses direitos foram ignorados e vão começar a surgir a partir de 1688 com a Revolução Inglesa, onde uma lei chamada Bill of Rights, estabeleceu que o rei inglês não teria mais poder absoluto e que o país passaria a ser governado por um primeiro ministro escolhido entre os deputados eleitos pelo povo. Nesse primeiro momento, muito poucas pessoas tinham direito de participar votando para escolher os deputados. Contudo, a cidadania, assim como na Grécia antiga, ainda era para homens livres, adultos e com posse.

A Revolução Francesa (1789) é um marco na constituição dos primeiros direitos de cidadania, os direitos civis. Nesse momento foi feita a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, que foi a primeira a afirmar que todos os homens são iguais perante a lei. Contudo, apesar de afirmar a igualdade entre todos, continuava a excluir as mulheres e os escravos do direito de participação política.



Revolução Francesa

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Anonymous_-_Prise_de_la_Bastille.jpg

Em 1948, após a segunda guerra mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estende a liberdade e a igualdade de direitos, até nos campos econômico, social e cultural, a todos os seres humanos. De acordo com essa concepção universalista, os direitos humanos estão acima de qualquer poder existente, seja do Estado, seja dos governantes.



Sede da ONU

<http://www.ebc.com.br/2012/09/reunioes-paralelas-a-assembleia-geral-das-nacoes-unidas-discutem-fome-desnutricao-e>

Falamos em direitos de cidadania e você deve estar perguntando que direitos são esses? Vamos enumerar os direitos que compõem a cidadania e sua abrangência:

- 1 – Direitos civis: liberdade de expressão, direito de ir e vir, direito a propriedade, direito a justiça;
- 2 – Direitos políticos: liberdade de aderir a sindicatos e associações profissionais, direito de votar e ser votado;
- 3 – Direitos sociais: direito a educação, saúde, transporte, previdência social.

Os primeiros direitos a surgir foram os civis, seguidos dos políticos e por último os sociais. Contudo esses direitos não foram dados, como vimos acima os direitos civis surgiram após duas revoluções, a inglesa e a francesa, ou seja, foi necessária muita luta para que os indivíduos passassem a ter os primeiros direitos. Como vimos também, esses direitos não foram dados para todos, já que a maioria da população era excluída de sua abrangência. Através dos tempos a extensão dos direitos de cidadania para mais pessoas só foi conseguida através de muita luta e participação política da

população. Como exemplo, as mulheres no Brasil só tiveram reconhecido seu direito de voto em 1932 e na Suíça esse direito só foi alcançado em 1974.

Você já deve ter percebido que não só a conquista, mas também a manutenção de direitos pelo cidadão só se deu e ainda se dá através da participação política, seja através de manifestações reivindicatórias seja através do exercício do voto em eleições, seja através de greves de trabalhadores.

Atividade 1

Caro aluno, agora que você já leu sobre os direitos de cidadania e a necessidade de participação política para sua construção e manutenção, vamos fazer uma reflexão sobre o alcance desses direitos no Brasil atual. Para isso, responda as perguntas abaixo:

1 – Todo brasileiro tem condições de vida digna?

2 – Os direitos de cidadania estão acessíveis a todos os cidadãos brasileiros?

3 – Em sua opinião as manifestações que estão ocorrendo no Brasil são importantes para a conquista e extensão de direitos de cidadania para todos? Justifique.

Aula 2: Sociedade civil e democracia

Caro aluno, nessa aula vamos falar de dois conceitos que estão sempre em evidência: sociedade civil e democracia. Existe uma relação forte e importante entre a atuação da sociedade civil e a construção da democracia e é sobre isso que vamos estudar.

Primeiro vamos definir cada um desses conceitos.

Numa definição geral podemos dizer que Sociedade Civil é o conjunto de organizações e instituições privadas e voluntárias que constituem as bases de uma sociedade em funcionamento, em oposição à estrutura do Estado.

A origem da palavra democracia define seu significado, demo significa povo e cracia significa governo, portanto democracia é o governo do povo, isto é, democracia é a forma de governo onde o povo tem soberania.

Mas qual a ligação entre sociedade civil e a construção da democracia? Tomando o Brasil como exemplo, na luta pela reconstrução da democracia após o período de ditadura militar estabelecida no país de 1964 e 1985, podemos perceber que a mobilização da sociedade civil foi decisiva para que essa reconstrução democrática se realizasse. A sociedade civil representava, no período de 1970-80, a resistência fundamental ao projeto de poder da ditadura militar.

Os movimentos sociais que surgiram naquela época, no âmbito da sociedade civil, poderiam contribuir para transformar a lógica das relações de classe. As organizações populares, organizações de base, a igreja progressista, o novo sindicalismo, os partidos políticos democráticos, etc. – todos faziam parte da sociedade civil e se articulavam pela conquista da democracia em clara contraposição ao Estado opressor. Contudo, além das organizações populares, a luta pela democratização contou com forte apoio dos setores da burguesia, que não mais conseguiam que seus interesses fossem representados, através do poder ideológico do Estado, como interesses universais, de todas as classes e grupos sociais.

Essa luta chegou ao seu momento mais marcante no período de 1983-1984 com a campanha das Diretas Já, quando foram realizados grandes comícios nas

principais cidades brasileiras em apoio ao projeto de lei que reestabelecia eleições diretas para presidente da república. Abaixo imagens do comício pelas Diretas Já realizado em São Paulo no dia 16 de abril de 1984.



http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/a/a3/Diretas_ja_2.JPG

Cabe aqui um esclarecimento de como funcionava a eleição para presidente durante o regime militar no Brasil: o presidente da república era eleito de forma indireta pelos deputados e senadores, ou seja, não havia eleição para presidente pelo voto direto do povo nas urnas, o eleitor escolhia seus deputados e senadores entre os candidatos dos partidos e esses eleitos formavam o colégio eleitoral que elegia o presidente da república.

Apesar da não aprovação do projeto de lei que estabelecia a eleição direta, a mobilização da sociedade civil fez com que nas eleições indiretas para presidente o candidato da oposição, Tancredo Neves, fosse eleito presidente da república. Apesar de seu falecimento antes da posse e da nomeação de seu vice José Sarney, o fim do regime militar estava decretado e a democracia seria institucionalizada com a promulgação da Constituição de 1988, que instaurou o regime democrático de direito,

ou seja, regido por leis, que reestabeleceu eleições diretas para todos os cargos executivos e legislativos no Brasil.

Portanto, pelo que vimos nessa aula, a sociedade civil teve no Brasil papel importante e determinante na reconstrução democrática e sendo a democracia um processo vivo e em permanente transformação é necessário que a participação da sociedade civil seja efetiva e constante para a garantia e aumento dos direitos conquistados.

Atividade 2

Caro aluno, agora que já lemos sobre a relação entre sociedade civil e democracia, forme um grupo de quatro alunos e discuta e responda a questão abaixo:

1 – A nossa adesão a associações de classe, como sindicatos e organizações estudantis é importante para a manutenção da democracia no Brasil? Pensem e discutam o tema e elaborem um texto justificando a opinião do grupo.

Aula 3: Formas de exercício do poder

Caro aluno, nesta última aula vamos lhe apresentar as principais formas de exercício do poder pelo Estado.

Vamos começar pela Monarquia, que é a forma de exercício do poder onde o mandatário é chamado de rei ou monarca e o poder é transmitido ao longo de uma linha sucessória baseada em princípios de hereditariedade e vitaliciedade. Existem dois tipos de monarquia: a monarquia absolutista e a monarquia constitucional ou parlamentarista. Na monarquia absolutista o soberano exerce o poder de forma absoluta, ou seja, ele é quem dá as ordens acumulando as funções de chefe de Estado e chefe de governo. Na monarquia constitucional ou parlamentarista o soberano não governa diretamente, cabendo a ele a função de chefe de Estado, cujos poderes são apenas protocolares e suas funções de moderador político são determinados pela Constituição, onde tem como função resolver impasses políticos, proteger a Constituição e os súditos de projetos de leis que contradizem as leis vigentes ou não fazia parte dos planos de governos defendidos em campanhas eleitorais. A chefia de governo é exercida por um primeiro ministro escolhido entre os membros do partido que tem maioria de deputados eleitos na Câmara de Deputados.

Vamos falar agora da República. A palavra **república** vem do latim *Res publica* e quer dizer "coisa pública". É uma forma de governo onde um representante, chamado de presidente, é escolhido através do voto para ser o chefe de Estado, podendo ou não ser também chefe de governo.

Você deve estar se perguntando como o presidente pode ser uma coisa e não ser outra? A resposta tem a ver com a forma da república: presidencialista ou parlamentarista. Na república presidencialista, como o Brasil, o presidente, escolhido pelo voto para um mandato com duração determinada em lei, acumula as funções de Chefe de Estado e chefe de governo. Nesse sistema, para realizar seu plano de governo, o presidente deve negociar com o Legislativo caso não possua maioria. Na república parlamentarista o presidente apenas responde à chefia de Estado, estando a chefia de governo atribuída a um representante escolhido de forma indireta pelo

Legislativo, normalmente chamado "*premier*", "primeiro-ministro" ou ainda "chanceler".

As formas de poder no Brasil e a privatização do público

Com a independência em 1822 o Brasil adota a monarquia constitucional como forma de poder. Acontecem eleições para o senado e a câmara, mas o imperador Pedro I faz uso do poder moderador para governar de forma quase absoluta.



D. Pedro I

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Ant%C3%B4nio_Joaquim_Franco_Velasco_-_Dom_Pedro_I,_Imperador_do_Brasil.jpg

A república é proclamada em 1889 e com ela o Brasil se torna uma república liberal presidencialista, trazendo muitas transformações, contudo mantendo características que tornam a estrutura do Estado brasileiro como expressão da articulação do novo com o velho. O estado no Brasil se apresenta como o ente que resolve todos os problemas, criando o senso comum de que todos os problemas da sociedade e sua solução são de sua responsabilidade e nada resolvemos sem a sua presença.



Proclamação da República

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Benedito_Calixto_-_Proclama%C3%A7%C3%A3o_da_Rep%C3%BAblica,_1893.jpg

Com isso aconteceu no Brasil uma privatização do público. O que é isso? Bem que chega ao poder toma conta do que é público, ou seja, pertence a todos nós, como se fosse sua propriedade. Como consequência, o Estado deixa de ser a instituição que deveria atender a maioria da população e passa a adotar como princípio o favorecimento dos setores privados que têm o poder econômico na sociedade.

Outra forma de privatização do Estado no Brasil é o clientelismo, onde acontece troca de favores políticos por benefícios econômicos. Um exemplo dessa atuação do Estado pode ser visto na ajuda que é prestada a setores da sociedade, como a indústria e o agronegócio, onde capitalistas em dificuldade recorrem ao Estado em busca de apoio e suporte financeiro quando enfrentam qualquer dificuldade, o que vai de encontro a uma premissa o liberalismo que preconiza que o Estado não deve intervir na economia e que o mercado se auto regula, ou ainda na concessão de serviços públicos como canais de televisão e rádio sem a devida transparência a grupos economicamente poderosos ou que mantêm relações com o poder. Um efeito perverso dessa atuação do Estado acontece quando esses mesmos setores que recebem benesses do poder público protestam quando o são feitos investimentos em políticas públicas de saúde, educação, habitação e transporte, argumentando que o Estado não deve comprometer seu orçamento com políticas sociais, notadamente as voltadas para a parcela mais pobre e desassistida da população.

Atividade 3

Caro aluno, consultando o texto que leu nessa aula responda:

1 – Explique, com suas palavras, qual o papel do presidente numa república parlamentarista e numa república presidencialista.

2 – Vimos que é o clientelismo é uma forma de apropriação dos recursos públicos pelo setor privado. Explique, com suas palavras como o clientelismo funciona e dê um exemplo.

Avaliação

1 – Qual o papel do presidente numa republica parlamentarista?

2 – (UEL – 2003) Leia o texto a seguir.

Estado Violência

Sinto no meu corpo

A dor que angustia

A lei ao meu redor

A lei que eu não queria

Estado violência

Estado hipocrisia

A lei que não é minha

A lei que eu não queria (...)

(TITÃS. Estado Violência. In: Cabeça dinossauro. [S.L.] WEA, 1986, 1 CD (ca. 35'97").

Faixa 5 (3'07").)

A letra da música “Estado Violência”, dos Titãs, revela a percepção dos autores sobre a relação entre o indivíduo e o poder do Estado. Sobre a canção, é correto afirmar:

- a) Mostra um indivíduo satisfeito com a sua situação e que apóia o regime político instituído.
- b) Representa um regime democrático em que o indivíduo participa livremente da elaboração das leis.
- c) Descreve uma situação em que inexitem conflitos entre o Estado e o indivíduo.
- d) Relata os sentimentos de um indivíduo alienado e indiferente à forma como o Estado elabora suas leis.
- e) Apresenta um indivíduo para quem o Estado, autoritário e violento, é indiferente a sua vontade.

3 – Numa monarquia parlamentarista quem exerce a função de chefe de estado e a função de chefe de governo?

- a) Governador e Prefeito
- b) Monarca e Primeiro ministro
- c) Monarca e presidente
- d) Presidente e Primeiro ministro

4 – Numa república presidencialista quem exerce a função de chefe de estado e a função de chefe de governo?

- a) Governador e Prefeito
- b) Presidente
- c) Monarca
- d) Presidente e Primeiro ministro

5 – O clientelismo é uma forma de apropriação do público pelo privado no Brasil. Assinale a resposta que explica o clientelismo.

- a) É uma forma de governar que privilegia as políticas públicas voltadas para os mais pobres.
- b) É uma forma de governar que busca separar completamente os interesses públicos dos interesses privados.
- c) É uma ação do Estado que ocorre através da troca de favores políticos por benefícios econômicos, privilegiando grupos dominantes economicamente.
- d) É uma das características do liberalismo.

Pesquisa

Caro aluno, nesse bimestre estudamos a importância da participação política na conquista e na manutenção dos direitos de cidadania. Uma das formas de participação política mais efetiva no Brasil é a eleição de representantes pelo voto direto. Contudo, não temos o costume de cobrar dos candidatos que elegemos a sua atuação e normalmente nem lembramos em quem votamos. Para verificar se realmente as pessoas não lembram em quem votou, cada aluno deve fazer as perguntas abaixo para ao menos 10 pessoas, da família ou da sua vizinhança.

1 – Você se lembra em que candidato a vereador votou nas últimas eleições?

2 - Você se lembra em que candidato a deputado estadual votou nas últimas eleições?

ATENÇÃO: As pessoas entrevistadas devem responder SIM ou NÃO. Anote os sim/ não de cada resposta.

A turma deve somar todas as respostas sim e não da pergunta 1 e todas as resposta sim e não da pergunta 2 de todos os alunos. A seguir, montem um gráfico com as respostas encontradas e discutam o resultado da sua pesquisa em sala de aula.

Referências

[1] BOMENY, Helena. MEDEIROS, Bianca Freire (coord.). Tempos Modernos, tempos de Sociologia. São Paulo: Editora do Brasil, 2010.

[2] OLIVEIRA, Luiz Fernando e COSTA, Ricardo Cesar Rocha. Sociologia para jovens do século XXI. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007. Página 26.

[3] PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Sociologia – ensino médio 2. Ed. Curitiba: SEED-PR, 2006.

[4] TOMAZI, Nelson Dacio. Sociologia para o ensino médio. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2010.

Equipe de Elaboração

COORDENADORES DO PROJETO

Diretoria de Articulação Curricular

Adriana Tavares Maurício Lessa

Coordenação de Áreas do Conhecimento

Bianca Neuberger Leda
Raquel Costa da Silva Nascimento
Fabiano Farias de Souza
Peterson Soares da Silva
Marília Silva

PROFESSORES ELABORADORES

Flávia Vidal Magalhães
Fernando Frederico de Oliveira